

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

*Usina de Energia Eólica Vila
Amazonas V SPE S.A.*



Demonstração financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração dos resultados	7
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Notas explicativas.....	10
1 Contexto e mudanças significativas.....	10
1.1 Informações gerais.....	10
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	11
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	11
2 Principais informações financeiras	11
2.1 Resultado do exercício.....	11
2.2 Ativos e passivos financeiros	13
2.3 Ativos e passivos não-financeiros.....	17
2.4 Patrimônio líquido	19
3 Estimativas críticas e riscos	20
3.1 Estimativas críticas e julgamentos.....	20
3.2 Gestão de riscos.....	21
3.3 Risco regulatório	21
3.4 Riscos de mercado	22
3.5 Risco de crédito	22
3.6 Risco de liquidez.....	22
4 Outras informações.....	23
4.1 Contingências	23
4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço.....	23
4.2 Transações com partes relacionadas	23
4.3 Seguros	24
5 Principais práticas contábeis adotadas	24
5.1 Caixa e equivalentes de caixa	24
5.2 Imobilizado	24
5.3 Intangível.....	25
5.4 Redução ao valor recuperável (“ <i>impairment</i> ”).....	26
5.5 Empréstimos e financiamentos.....	26
5.6 Provisões.....	26
5.7 Tributação.....	27
5.8 Outros ativos e passivos	28
5.9 Reconhecimento de receita.....	28
5.10 Instrumentos financeiros	28
5.11 Passivo de arrendamentos.....	29
5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente.....	29
5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	29

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A
Serra do Mel - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:


Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IRPJ e CSLL		2.564	5.465
Ajustes por			
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	2.1.3	(323)	(271)
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	5.309	4.644
Ajuste a valor presente	2.1.3	22	20
Depreciações e amortizações	2.1.2	3.421	3.479
Penalidades contratuais - em curso	2.1.1	7.229	5.684
Penalidades contratuais - atualização financeira	2.2.8	96	65
Outras despesas/ (receitas) financeiras		-	(21)
Provisão para contingências	4.1	90	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		900	-
Aumento/ diminuição em ativos e passivos			
Contas a receber	2.2.4	(2.200)	(1.892)
Contas a receber - Partes relacionadas		156	(132)
Outros ativos		(128)	549
Fornecedores	2.2.5	522	1.698
Penalidades contratuais suspensas – Pagamentos	2.2.8	(647)	-
Obrigações fiscais e trabalhistas		(448)	(260)
Contas a pagar – partes relacionadas		125	82
		<u>16.944</u>	<u>19.110</u>
Recursos provenientes das atividades operacionais			
Juros pagos sobre financiamento	2.2.6	(3.026)	(3.358)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(965)	(1.865)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		<u>12.953</u>	<u>13.907</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	2.2.3	339	(914)
(Aquisições) baixas de imobilizado	2.3.1	181	(207)
(Aquisições) baixas de intangível		(112)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento		<u>408</u>	<u>(1.121)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.6	(4.551)	(4.477)
Pagamento de arrendamentos	2.2.7	(312)	(298)
Pagamento de dividendos	5.1	(858)	(5.094)
Aumento (diminuição) de capital social	2.4	-	(13.098)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento		<u>(5.721)</u>	<u>(22.967)</u>
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		<u>7.640</u>	<u>(10.201)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	13.077	23.278
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		<u>7.640</u>	<u>(10.201)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	<u>20.717</u>	<u>13.077</u>
Transações que não afetam o caixa			
Passivos de arrendamento		159	145

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Demonstração dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional com fornecimento de energia	2.1.1 (a)	16.941	19.549
Outras receitas operacionais	2.1.1 (b)	712	-
Custos operacionais	2.1.2	(11.282)	(11.090)
Resultado bruto		<u>6.371</u>	<u>8.459</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(720)	(521)
Outras receitas (despesas)		(90)	-
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		<u>5.561</u>	<u>7.938</u>
Despesas financeiras		(5.614)	(4.818)
Receitas financeiras		2.617	2.345
Resultado financeiro	2.1.3	<u>(2.997)</u>	<u>(2.473)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>2.5564</u>	<u>5.465</u>
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.956)	(1.853)
Lucro líquido do exercício		<u>608</u>	<u>3.612</u>

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos Resultados Abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.



Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	20.717	13.077	Fornecedores	2.2.5	3.354	2.832
Contas a receber	2.2.4	6.465	5.112	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	4.443	4.241
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	11	167	Obrigações fiscais e trabalhistas		1.071	528
Outros ativos		930	1.100	Penalidades contratuais	2.2.8	17.369	3.808
Total do ativo circulante		28.123	19.456	Dividendos - Partes relacionadas	5.1	145	858
				Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	263	138
				Passivo de arrendamentos	2.2.7	10	8
				Total do passivo circulante		26.655	12.413
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	4.747	4.763	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	28.068	30.842
Outros ativos		100	58	Penalidades contratuais	2.2.8	-	6.830
Imobilizado	2.3.1	85.165	88.529	Provisão para contingências	4.1	90	-
Intangível	2.3.2	808	775	Passivo de arrendamentos	2.2.7	3.429	3.280
Total do ativo não circulante		90.820	94.125	Obrigações pela desmobilização de ativos		262	240
				Total do passivo não circulante		31.849	41.192
				Total passivo		58.542	53.605
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		54.913	54.913
				Reserva de lucro		5.526	5.063
				Total do patrimônio líquido		60.439	59.976
Total do ativo		118.943	113.581	Total do passivo e patrimônio líquido		118.943	113.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva de Incentivos Fiscais	Total		
Em 31 de dezembro de 2023	68.011	1.750	3.820	559	6.129	-	74.140
Redução de capital (2.4.1)	(13.098)	-	-	-	-	-	(13.098)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.612	3.612
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	-	181	-	-	181	(181)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(858)	(858)
Dividendo adicional	-	-	(3.820)	-	(3.820)	-	(3.820)
Lucros retidos a deliberar	-	-	2.573	-	2.573	(2.573)	-
Em 31 de dezembro de 2024	54.913	1.931	2.573	559	5.063	-	59.976
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	608	557
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	-	30	-	-	30	(30)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(145)	(145)
Lucros retidos a deliberar	-	-	433	-	433	(433)	-
Em 31 de dezembro de 2025	54.913	1.961	3.006	559	5.526	-	60.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Notas explicativas**1 Contexto e mudanças significativas**

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V S.A. (“Companhia”) sociedade por ações de capital fechado através da subscrição de ações das empresas Votalia Energia do Brasil LTDA e Votalia S.A, constituída em 27 de dezembro de 2013, tem sede administrativa e foro jurídico no Município Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte, Bairro: Zona Rural – CEP: 59.663-000. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Vila Amazonas V com potencial de geração de 24 (vinte e quatro) MW.

Autorização do Parque Eólico Vila Amazonas V

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 432 de 21 de agosto de 2014 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Amazonas V. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 21 de agosto de 2014 e o término em 21 de agosto de 2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 19 de julho de 2016, a usina teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.915, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. O Final Cap - Certificado de aceitação, assinado em 18 de setembro de 2016, certifica o início da operação de Vila Amazonas V, quando efetivamente foi concluída a entrega das turbinas.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), com as 35 distribuidoras firmadas no 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, realizado em 31 de março de 2016. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender às distribuidoras pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de maio de 2018, a quantidade de energia negociada entre as partes pelo preço contratual firmado, reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

A Usina entrou antecipadamente em operação, desta forma, todas as obrigações contratuais decorrentes do Leilão foram automaticamente antecipadas de 1º de maio para 1ª de janeiro de 2018. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado possuem início de faturamento em fevereiro de 2018, logo, durante o período de julho de 2016 até dezembro de 2017 a energia foi vendida no Mercado Livre.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2026.

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional****2.1.1 (a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	20.884	19.910
Receita bruta de fornecimento - ACL	3.716	3.555
Receita bruta de fornecimento - ACL - Parte relacionada	196	512
Receita bruta de fornecimento - CCEE	3	114
Receita Bruta de fornecimento - Geração própria	-	8
Certificado de Energia Renovável (IREC)	-	442
Ressarcimento	-	1.366
Total de receita bruta	<u>24.799</u>	<u>25.907</u>
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	(7.185)	(5.684)
Tributos sobre receita	(673)	(674)
Total das deduções da receita	<u>(7.858)</u>	<u>(6.358)</u>
Total de receita operacional líquida	<u>16.941</u>	<u>19.549</u>

2.1.1 (b) Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas operacionais	1.612	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(900)	-
Outras receitas operacionais, líquida	<u>712</u>	<u>-</u>

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

O saldo do ano refere-se a:

- Os créditos a receber decorrentes das cláusulas de indenização por indisponibilidade técnica previstas nos contratos junto aos fornecedores configuram direitos contratuais já constituídos, de natureza indenizatória. A incerteza existente limita-se ao momento e à forma de liquidação financeira, não afetando a existência do direito. Dessa forma foi constituído em 31 de dezembro de 2025 o montante de (R\$ 900) a título de provisão para perdas de crédito.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(3.421)	-	(3.479)	-
Serviços de operação e manutenção	(2.677)	-	(2.605)	-
Serviços de operação e manutenção - Parte relacionada	(939)	-	(704)	-
Encargos setoriais	(1.340)	-	(1.308)	-
Energia comprada para revenda	(1.990)	-	(1.991)	-
Energia comprada para revenda - Parte relacionada	(445)	-	(285)	-
Certificados de energia e créditos de carbono - Parte relacionada	(1)	-	(9)	-
Certificados de energia e créditos de carbono	-	-	(195)	-
Manutenção em equipamentos	(2)	-	(8)	-
Aluguel	(159)	-	(203)	-
Seguros	(308)	-	(303)	-
Despesas administrativas gerais	-	(205)	-	(115)
Serviços de terceiros	-	(515)	-	(406)
	(11.282)	(720)	(11.090)	(521)

2.1.3 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.293	2.071
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	323	271
Outras receitas financeiras	1	3
Total	2.617	2.345
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.005)	(4.353)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(304)	(291)
Ajuste a valor presente	(22)	(20)
Atualização penalidades suspensas	(96)	(65)
Outras despesas financeiras	(187)	(89)
Total	(5.614)	(4.818)
Total de resultado financeiro	(2.997)	(2.473)

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Bruta de vendas	24.799	24.541
Ressarcimento (Penalidade)	(7.185)	(5.684)
Base ajustada	17.614	18.857
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	1.409	1.509
Presunção contribuição social - 12% (b)	2.114	2.263
Demais Receitas e Ganhos de capital (c)	4.229	3.776
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)	5.638	5.285
Imposto de renda: 15%	837	793
Adicional de Imposto de Renda: 10%	548	516
Total IRPJ	1.385	1.309
Base de Cálculo - CSLL (b)+(c)	6.343	6.039
Contribuição social: 9%	571	544
Total de CSLL	571	544
Total IRPJ e CSLL	1.956	1.853

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	20.717	13.077
Contas a receber de clientes	6.465	5.112
Contas a receber de clientes – Partes relacionadas	11	167
Títulos e valores mobiliários	4.747	4.763
Total de ativos financeiros	31.940	23.119
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	(3.354)	(2.832)
Empréstimos e financiamentos	(32.511)	(35.083)
Passivo de arrendamento	(3.439)	(3.288)
Penalidades contratuais	(17.369)	(10.638)
Contas a pagar e dividendos - Partes relacionadas	(408)	(996)
Total de passivos financeiros	(57.081)	(52.837)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(25.141)	(29.718)

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	2	2
Aplicações financeiras	20.715	13.075
	<u>20.717</u>	<u>13.077</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade varia de 96,5% a 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviço da dívida - empréstimo BNDES (1)	1.970	1.866
Trianon (2)	52	103
Centralizadora (3)	2.032	2.117
Serviços de manutenção - O&M (1)	693	677
Total	<u>4.747</u>	<u>4.763</u>

A seguir, descrição das principais contas:

- (1) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e de O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.
- (2) Trianon: Conta corrente que todos os agentes do setor elétrico possuem a obrigação de ter no Banco Bradesco agência Trianon e nela transitam todas as liquidações da CCEE, sejam recebimentos ou pagamentos. Além de ser uma conta utilizada para os aportes de garantias na CCEE.
- (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto aos bancos administradores (Bradesco e Itau), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização destes bancos e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia aos contratos de empréstimos (nota 2.2.6).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99,37% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.4 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	11	210
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	2.032	2.287
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	2.761	2.615
Clientes diversos	2.561	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(900)	-
	<u>6.465</u>	<u>5.112</u>
	<u>6.465</u>	<u>5.112</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento.

A rubrica de clientes diversos no valor de R\$ 2.561, majoritariamente composta pelo valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade do parque (Nota 2.1.1) assim como o valor de R\$ 900 registrados como provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.6).

2.2.5 Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Compra de energia	121	106
Serviços de terceiros	2.408	2.141
Seguros	645	400
Encargos setoriais	134	139
Aluguel	44	46
Outros fornecedores	2	-
	<u>3.354</u>	<u>2.832</u>

2.2.6 Empréstimos e financiamentos**2.2.6 (a) Composição de saldo**

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	Real	09/01/2017 - 15/06/2033	32.511	35.083
Total circulante				4.443	4.241
Total não circulante				28.068	30.842

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia. A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2025 é de 11,75% (13,47% para 31 de dezembro de 2024).

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 (b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	35.083	38.566
Juros incorridos	5.005	4.352
Juros pagos	(3.026)	(3.358)
Amortização de principal	(4.551)	(4.477)
Saldo final	32.511	35.083

2.2.6 (c) Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. Para 31 de dezembro de 2025, o índice calculado foi de 1,03 (1,30 em 31 de dezembro de 2024):

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro	608	3.612
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social (Nota 2.1.4)	1.956	1.853
(+/-) Resultado financeiro (Nota 2.1.3)	2.997	2.473
(+) Depreciação e amortização (Nota 2.1.2)	3.420	3.479
EBITDA	8.981	11.417
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no período de 12 meses, líquidas de diferimento	(1.157)	(1.262)
(A) Geração de caixa da atividade, ajustada	7.824	10.155
(B) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	7.563	7.835
Índice de cobertura do serviço de dívida (A) / (B)	1,03	1,30

2.2.6 (d) Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (8 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.7 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	8	-	-	-	2	10
Passivo Não Circulante	3.280	304	(312)	159	(2)	3.429
Total no Passivo	3.288	304	(312)	159	-	3.439
Passivo de arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	7	-	-	-	1	8
Passivo Não Circulante	3.143	291	(298)	145	(1)	3.280
Total no Passivo	3.150	291	(298)	145	-	3.288

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.8 Penalidades contratuais

O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual e Quadrienal quanto ao cumprimento contratual.

Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Na verificação anual (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração - 90% do Contrato) deverá ser paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Para a verificação quadrienal, será feita a cada período de 4 anos (janeiro a dezembro), que se repetirá 5 vezes durante o período contratual (20 anos), serão verificados a geração da usina e a energia contratada dos últimos 4 anos, caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, o ressarcimento quadrienal por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (preço das liquidações das diferenças divulgado pela CCEE) dos quatros anos do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avaliará o cumprimento das condições para o enquadramento da Companhia no referido mecanismo, portanto não houve reconhecimento contábil à referida compensação, sendo o assunto divulgado para fins informativos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes registrados estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	10.638	4.889
Atualização financeira	96	65
Pagamentos penalidades	(647)	-
Penalidade contratual - em curso	7.282	5.684
Saldo final	<u>17.369</u>	<u>10.638</u>

2.3 Ativos e passivos não-financeiros**2.3.1 Imobilizado**

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos de produção. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.6) estão garantidos por 8 turbinas de geração de energia.

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	123.927	81.816	124.108	85.222
Total do imobilizado em operação	123.927	81.816	124.108	85.222
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	229	150	229	157
Máquinas e equipamentos	265	150	265	177
Instalações	63	13	63	20
Móveis e utensílios	4	2	4	2
Terreno - Direito de uso	3.646	3.034	3.487	2.951
Total dos bens em operação	4.207	3.349	4.048	3.307
Total do imobilizado	128.134	85.165	128.156	88.529

2.3.1 (a) Movimentações em 2025 e 2024

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2061.

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	85.222	181	-	(3.225)	81.816
Total do imobilizado em operação	85.222	181	-	(3.225)	81.816
Bens em operação					
Materiais sobressalentes	157	-	-	(7)	150
Máquinas e equipamentos	177	-	-	(27)	150
Instalações	20	-	-	(7)	13
Móveis e utensílios	2	-	-	-	2
Terreno - Direito de uso	2.951	-	159	(76)	3.034
Total dos bens em operação	3.307	-	159	(117)	3.349
Total do imobilizado	88.529	181	159	(3.342)	85.165

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	88.341	202	-	(3.321)	85.222
Total do imobilizado em operação	88.341	202	-	(3.321)	85.222
Bens em operação					
Materiais sobressalentes	167	-	-	(10)	157
Máquinas e equipamentos	177	25	-	(25)	177
Instalações	25	-	-	(5)	20
Móveis e utensílios	3	-	-	(1)	2
Terreno - Direito de uso	2.877	-	145	(71)	2.951
Total dos bens em operação	3.249	25	145	(112)	3.307
Total do imobilizado	91.590	227	145	(3.433)	88.529

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	1.271	808	1.159	775
Software	14	-	14	-
Total do intangível em operação	1.285	808	1.173	775
Total do intangível	1.285	808	1.173	775

2.3.2 (a) Movimentações em 2025 e 2024

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	775	112	(79)	808
Software	-	-	-	-
Total do intangível em operação	775	112	(79)	808
Total	775	112	(79)	808

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	821	(46)	775
Software	-	-	-
Total do intangível em operação	821	(46)	775
Total	821	(46)	775

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$ 54.913, dividido em 54.913.282 ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 54.913 divididos em 54.913.282 ações ordinárias), sem valor nominal, integralmente detidas pela Serra Pará Participações S.A.

Conforme AGE datada de 02 de maio de 2024, foi autorizado pela acionista Serra Pará Participações S.A. a redução de capital no valor de R\$ 13.295 (treze milhões e duzentos e noventa e cinco mil reais), mediante o cancelamento de 13.295.000 (treze milhões, duzentas e noventa e cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando assim o capital social da Companhia para R\$ 54.716 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil reais), dividido em 54.716.328 (cinquenta e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, trezentas e vinte e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de outubro de 2024, por meio de AGE, foi autorizado pela mesma acionista o aumento de capital no valor de R\$ 197 (cento e noventa e sete mil reais) mediante emissão de 196.954 (cento e noventa e seis mil, novecentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão de um real cada pela acionista Serra Pará Participações S.A.

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.4.2 Reserva de incentivos fiscais

Refere-se à parcela isenta do imposto de renda de acordo com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o lucro da exploração obtido pela Companhia, conforme Laudo Constitutivo nº 0251/2017 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O período de fruição deste benefício é de 01/01/2017 a 31/12/2026.

O saldo existente nesta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital integralizado mediante aprovação em Assembleia de acionistas, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos.

Devido a Companhia ser optante do lucro presumido, não ocorreu constituição dessa reserva.

2.4.3 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

Em 12 de abril de 2024, através de Assembleia Geral Ordinária, a Companhia deliberou dividendos adicionais referente a 2023 no montante de R\$ 3.820.

O contrato de financiamento assinado com o BNDES inclui uma cláusula de Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações, proibindo a distribuição de qualquer tipo de dividendo, excluído o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, até a fim de vigência destes (financiamento com o BNDES vigente até novembro de 2033).

A Companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foi destinado da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido apurado no exercício	608	3.612
Constituição da reserva legal - 5%	(30)	(181)
	<u>578</u>	<u>3.431</u>
Destinação do Lucro:	<u>578</u>	<u>3.431</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	145	858
Lucros retidos a deliberar	433	2.573

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamento

Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação".

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.3 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Riscos de mercado**3.4.1 Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas.

3.5 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

Os contratos regulados da Companhia são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.

3.6 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	3.354	-	-	-	3.354
Empréstimos e financiamentos	4.443	8.886	26.658	7.476	32.511
Penalidades Contratuais	17.369	-	-	-	17.369
Dividendos - Partes relacionadas	145	-	-	-	145
Contas a pagar - Partes relacionadas	263	-	-	-	263
Passivos de Arrendamentos	10	20	30	3.379	3.439
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	2.832	-	-	-	2.832
Empréstimos e financiamentos	4.241	4.241	12.723	13.878	35.083
Penalidades Contratuais	3.808	6.830	-	-	10.638
Dividendos - Partes relacionadas	858	-	-	-	858
Contas a pagar - Partes relacionadas	138	-	-	-	138
Passivos de Arrendamentos	8	16	32	3.232	3.288

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

4.1 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para essas causas com expectativa de perda considerada provável, que em 31 de dezembro de 2025 eram no montante de R\$ 90 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2025, os consultores jurídicos externos avaliam como risco de perda possível esta causa no montante de R\$ 442 (em 31 de dezembro de 2024 esse montante foi de R\$1.619, perda possível, considerando todo o Grupo de empresas ao qual a Companhia é citada).

4.2 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue:

4.2.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025					
	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Vendas internas)	Resultado (Compras internas)	Resultado (Custos e/ou Serviços/ gastos administrativos)
Circulante						
Serra Para Participações S.A	-	-	145	-	-	-
Voltalia do Brasil Comerc Energia Ltda	11	59	-	196	(445)	-
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	56	-	-	-	(176)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	148	-	-	-	(764)
Total circulante	11	263	145	196	(445)	(940)
Total	11	263	132	196	(445)	(940)

4.2.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024					
	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Vendas internas)	Resultado (Compras internas)	Resultado (Custos e/ou Serviços/gastos administrativos)
Circulante						
Serra Para Participações S.A.	-	-	858	-	-	-
Voltalia do Brasil Comerc Energia Ltda	52	14	-	512	(285)	(9)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	13	-	-	-	(157)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	115	111	-	-	-	(547)
Total circulante	167	138	858	512	(285)	(713)

Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

Tipo	Seguradora	Importância Segurada	Início da Vigência	Término da Vigência
Riscos Operacionais	Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	173.943	13/12/2025	13/12/2027
Responsabilidade Civil Geral	Tokio Marine Seguradora S.A	657	29/11/2024	29/11/2026

5 Principais práticas contábeis adotadas**5.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

5.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas - 32 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

5.3 Intangível**5.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

5.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

5.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**5.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

5.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

5.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

5.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

5.7 Tributação**5.7.1 Tributos sobre a receita operacional**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

5.7.2 Tributos sobre o lucro**Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

5.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

5.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

5.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 5,6% a.a. e 8,84% ao ano, respectivamente. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 –
Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190*



www.voltalia.com     